



Relatório do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e infrações Conexas, relativo ao ano de 2015

Monitorização do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O plano de prevenção de riscos (PPR) assume diferentes vetores.

- Financeiros
- Legal ou Regulamentar
- Credibilidade

Para proceder internamente à monitorização do PPR é necessário que o município detenha capacidade instalada para realizar a avaliação do mesmo.

Na situação concreta do MSCF dados os escassos recursos internos a CM recorreu a serviços externos para que estes procedessem ao trabalho de avaliação da aplicação do PPR no ano de 2015.

Vetor Financeiro

O fato da conta do município apresentar uma situação de elevadíssimo equilíbrio financeiro, evidenciado quer pela inexistência de dívidas de funcionamento de e a terceiros, quer pelo grau de cumprimento do plano constituem elementos que permitem uma elevada sustentabilidade ao PPR, maximizado as probabilidades da não ocorrência de riscos a este nível.

Vetor Legal ou Regulamentar

Os procedimentos de contratação, quer de aquisição de bens e serviços, quer de empreitadas, quer ainda de pessoal, foram desenvolvidos com pleno cumprimento das normas legais, sendo decididos com objetividade.

Vetor de Credibilidade

A inexistência de contencioso, ou mesmo de reclamações por incumprimento dos compromissos do município atestam a credibilidade quer da instituição, quer das suas unidades e elementos.

Objetivos

Os objetivos, metodologia e procedimentos para a materialização do plano ao longo ano 2015, podem traduzir-se no seguinte:

1 - Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades - Assegurar os procedimentos de contratação

- O reduzido nº de contratos de empreitadas, prestação de serviços e fornecimento de bens, com recurso ao ajuste direto foram 22
- O valor envolvido aproximadamente 301 mil euros
- A inexistência de dívidas de curto prazo a terceiros
- No ano de 2015 não foram lançados e adjudicados contratos de empreitada, através do recurso a concurso público.



Estes valores evidenciam um elevado grau de avaliação das necessidades e que estas foram concretizadas através dos adequados meios de contratação.

2 - Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores

- Não foram celebrados contratos adicionais
- Não foram anulados procedimentos por falta de concorrentes
- Foram respeitados os princípios de avaliação do preço base

Demonstram que se registou uma adequada estimativa de custos.

3 - Definição prévia das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços e nas empreitadas - Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes.

- A estrutura orgânica define adequadamente as responsabilidades dos intervenientes nos processos de contratação

4 - Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários de normas de revisão dos projetos

Foram efetuados 4 contratos de aquisição de projetos. O Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de Julho e o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, estabelecem as normas de revisão de projetos.

5 - Efetuar os procedimentos de contratação no respeito pelas normas legais aplicáveis
Os procedimentos respeitaram as normas legais aplicáveis.

6 - Que os modelos de avaliação das propostas tenham um carácter objetivo e se baseiam em dados quantificáveis e comparáveis

A objetividade dos critérios de avaliação foi respeitada, tendo-se utilizado maioritariamente o critério de adjudicação do mais baixo preço

7 - Implementação, sempre que os recursos humanos existentes o permitam, da segregação de funções

Apesar da dimensão muito limitada de recursos humanos do município encontra-se salvaguardada a segregação de funções relativas às situações potencialmente sujeitas a maior risco.

8 - Implementação de normas internas que garantam o controlo efetivo das cláusulas contratuais pelos fornecedores/ prestadores

O cumprimento deste objetivo foi complementado, sempre que necessário, pelo recurso a serviços especializados, nomeadamente ao de assessorias externas.

9 - Implementação de sistema de controlo que evidencie que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis;

Objetivo cumprido, nomeadamente ao nível do cumprimento das exigências de não dívidas ao Estado por parte dos beneficiários.

10 - Exigência de declarações de interesses;

Uniformização e consolidação da informação relativa a todas as pessoas e a todas as entidades beneficiárias



Os eleitos conhecem e respeitam o regime de impedimentos, não se registando a sua participação em interesses próprios.

Encontram-se cumpridas as exigências legais de entrega de declarações patrimoniais junto do Tribunal Constitucional.

Da parte dos funcionários verifica-se o cumprimento dos normativos legais e a respetiva autorização em caso de acumulação de funções.

Apenas 5 funcionários exercem funções em regime de acumulação. A referência aos processos, bem como aos respetivos processos de autorização constam dos anexos às contas de gerência.

11 - Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário

Não se registaram situações de incumprimento por parte dos beneficiários.

12 - Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, das atas das reuniões de Câmara Municipal

As atas das reuniões da Câmara Municipal, estão disponibilizadas on-line desde 05 de Novembro de 2009

13 - Implementação, sempre que os recursos humanos existentes o permitam, de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso

Não se realizou nenhum procedimento concursal para recrutamento de pessoal em 2015

14 - Elaborar orientações no sentido da não utilização da contratação a termo resolutivo como meio de suprir necessidades permanentes dos serviços

Anexo o mapa de pessoal.

15 - Disponibilização ao público de um organograma, dos meios de reação ou reclamação que o requerente tem disponíveis, dos prazos de decisão e identificação da entidade decisora

Foi elaborado e disponibilizado

16 - Informatização integrada dos procedimentos de controlo interno e contabilidade

O Sistema de Controlo Interno foi aprovado na reunião da Câmara realizada no dia 15 de outubro de 2015 e encontra-se em vigor e a ser aplicado em todos os procedimentos

17 - Estabelecer normas bem definidas e que responsabilizem os trabalhadores

Os objetivos definidos no âmbito da avaliação do desempenho tiveram em consideração o estabelecimento de normas bem definidas e que responsabilizam os trabalhadores

18 - Estruturas organizativas sólidas portadoras de informação

Existem estruturas sólidas e portadoras de informação

19 - Procedimentos efetivos e documentados

Registo metódico dos factos, sendo que todas as operações são relevadas de uma forma sistémica e sequencial e todas as passagens dos documentos pelos diversos sectores fica documentado, através do seu registo no sistema de gestão documental



Relação de Contratos iniciados, ou que foram objeto de pagamentos em 2015.
Todos os contratos foram objeto de publicação nos termos legais. Constam do respetivo mapa de contratação pública que irá integrar os documentos de prestação de contas.

| | | | |
|-----|------------|--|-------------|
| 1º | 26-01-2015 | Aquisição de gasóleo | 74.999,44 € |
| 2º | 08-05-2015 | Contrato de manutenção de equipamento (ATM de Ponta Delgada) | 7.176,00 € |
| 3º | 17-03-2015 | Contrato de aquisição de serviços (Apoio à Escola Música) | 2.800,00 € |
| 4º | 19-01-2015 | Controlo da Qualidade da Água | 3.803,70 € |
| 5º | 28-01-2015 | Assessoria Jurídica aos Serviços | 7.920,00 € |
| 6º | 18-03-2015 | Assessoria Contabilidade, ROC | 28.260,87 € |
| 7º | 11-02-2015 | Projeto Técnico Largo 25 de abril | 7.000,00 € |
| 8º | 25-02-2015 | Aquisição de Emulsão Asfáltica | 27.936,48 € |
| 9º | 22-04-2015 | Limpeza do Edifício do Museu | 2.880,00 € |
| 10º | 30-03-2015 | Projeto Técnico de Incubadora de Empresas | 33.898,00 € |
| 11º | 11-02-2015 | Estudo Geológico Projeto Águas | 900,00 € |
| 12º | 04-03-2015 | Estudo Geológico Projeto Parque de Campismo | 575,00 € |
| 13º | 08-05-2015 | Projeto Técnico Parque de Campismo | 14.995,00 € |
| 14º | 07-05-2015 | Projeto Técnico Moinho da Ribeira do Pomar | 9.500,00 € |
| 15º | 07-08-2015 | Revisão do Plano Municipal de Emergência | 16.000,00 € |
| 16º | 10-07-2015 | PIRUS | 9.950,00 € |
| 17º | 16-10-2015 | Aquisição de Comunicações Móveis | 4.277,49 € |
| 18º | 28-12-2015 | Aquisição de Viatura em Estado Usado | 10.000,00 € |
| 19º | 15-12-2015 | Aquisição de Conjunto Industrial em Estado Usado | 8.000,00 € |
| 20º | 21-12-2015 | Aquisição de Emulsão Asfáltica | 27.734,40 € |
| 21º | 30-12-2015 | Levantamento Topográfico do Jardim da Igreja | 377,60 € |



Município de Santa Cruz das Flores
Câmara Municipal

Rua Senador André de Freitas, 13
9970 - 337 Santa Cruz das Flores
NIF: 512 079 110

Santa Cruz das Flores, 21 de março de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Carlos Pimentel Mendes".

José Carlos Pimentel Mendes